



Manuel Leal

# Eco do seis de junho

Na véspera de um encontro de gente açorianíssima que se realizará em Ponta Delgada na quinta-feira, permitam-me que da diáspora lhe envie uma saudação fraternal como expressão do meu mais alto respeito e admiração.

Residindo fora do espaço físico dos Açores, fomos atirados para a emigração pela política de opressão colonial de séculos de abandono e abuso. Na diáspora somos mais num sentido demográfico do que a população insular. Não deve ser facto para se ocultar, nem tampouco minimizar. As culpas não cabem às vítimas.

No espaço geográfico e social de outras jurisdições políticas de direito internacional, revivendo as nossas tradições somos a síntese cultural – e até intelectual e política – da incompetência, ou má vontade, dos regimes portugueses e da sua política colonial. Transcendemos a metáfora antiga da “falta de quadros” com que nos rotulavam até ao último quartel do século XX, ao mesmo tempo que nos limitavam a educação. Por isso o ensino secundário em todas as ilhas e a universidade que agora existe foram corolários da opção afirmada no 6 de junho.

Como este escrevinhador, nem todos os indivíduos agregados neste jantar convivial serão membros da Frente de Libertação dos Açores. Nem seria necessário para nos sentirmos irmanado no esforço de relembrar no 6 de junho um evento inseparável da História do Arquipélago. Naquele dia, em algumas ilhas mais do que outras em termos numéricos, o Povo Açoriano saiu à rua com um promessa ainda por concretizar na sua amplitude.

Sem a FLA, subseqüentemente, o 6 de junho tomou uma dinâmica diferente na relação com Portugal. Nos eventos pertinentes e mais marcantes,

porém, a política dos novos donos de Portugal, como os que em termos históricos já faziam em séculos prévios, eliminou muitas das vantagens que se poderiam ter conquistado. Não se menosprezam, nem seria lógico fazê-lo, os sinais claros da mudança inevitável. Mas está agora em vigor um esquema sistémico que permite às instituições do governo central, e centralizador, o controlo perpétuo do Arquipélago através de um morgadio diferente, político e económico. A partidocracia portuguesa prossegue-o, sem escrúpulo, encobrindo com a capa da democracia um processo de insofismáveis características fascizantes. Há uma teia jurídica, refletida numa cognição consistente, assumindo de modo implícito serem portugueses de direito pleno apenas os que se inserem no conceito de continentalidade. A Constituição ignora a soberania dos territórios descontínuos.

Não governa quem o Povo Açoriano entende. Nem qualquer açoriano, individualmente, que com base na realidade única de ser filho das nossas ilhas e membro da sociedade açoriana se candidate a oferecer na ideia do progresso insular uma participação a qualquer nível e com a ideologia que lhe aprover. Este processo foi monopolizado pela partidocracia com a supressão metódica, e por vezes secreta, da identidade açoriana.

A FLA teve um papel inegável de promoção do futuro que transpareceu na mensagem que hoje se celebra e então galvanizou a maioria dos açorianos no Arquipélago. José de Almeida trouxe-nos para a diáspora o grito do 6 de junho que aí se ouvira e cujo eco há de prosseguir como símbolo do direito dos açorianos de determinarem o seu destino. Ninguém, antes dele – e depois dele –, teria gozado da particularidade de ser reconhecido pela maior

parte dos nossos emigrantes como o líder que mais se dedicou para dar um sentido específico ao que hoje se entende por açorianidade.

Em termos de literatura poder-se-á insistir no significado limitado da açorianidade, até porque as figuras privilegiadas da situação que a “autonomia” neste momento mantém com o apoio de uma minoria inegável das nossas população assim veem. A açorianidade que José de Almeida legou ultrapassa a literatura açoriana. Libertou das amarras coloniais da nossa herança identitária a sua constituinte política.

Ser açorianista não é uma escolha de agressão contra Portugal ou contra os portugueses. Seria inconcebível a rejeição da língua que falamos e até a História que aprendemos – enquanto se suprime a História Açoriana –, e os elos fortes, culturais e genéticos, do povo que nos pariu. Ainda que a independência dos Açores seja uma hipótese admissível, não é isto que está em causa, mas o direito de promovê-la através de um processo democrático.

O 6 de junho não pode separar-se do significado da projeção de um estado de consciência em que em primeiro plano se defendeu a liberdade dos açorianos se governarem sem as algemas insultuosas e discriminatórias das barreiras erguidas através da partidocracia portuguesa. Por isso neste dia, no contexto da liberdade que se exige, se rejeita a proibição do Povo Açoriano organizar os seus partidos regionais.

A FLA não é um partido, nem deve sê-lo. A sua ideologia de libertação transcende a regionalização. Mas compete-lhe defender os partidos regionais açorianos, como se esperaria também dos membros do morgadio partidocrático.

## Açores assinalam Sexta-feira Dia Internacional dos Arquivos



O Dia Internacional dos Arquivos, que se comemora Domingo, 9 de Junho, será assinalado na Horta e em Angra do Heroísmo com diversas iniciativas promovidas pelas bibliotecas públicas e arquivos regionais sob a tutela da Direcção Regional da Cultura.

Na Horta, a Biblioteca Pública e Arqui-

vo Regional João José da Graça promove Sexta-feira, dia 7, pelas 14h30, a realização de uma visita guiada aos depósitos da instituição, numa actividade denominada “Arquivo Regional de Portas Abertas”.

Por sua vez, em Angra do Heroísmo, a Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro promove, também na Sexta-feira, pelas 18h00, a realização da conferência “Como os arquivos podem melhorar a nossa vida”, por Pedro Penteado.

Esta conferência, que se destina ao público jovem e adulto, insere-se no âmbito da dinamização da exposição “A universalidade de José Agostinho”, que está patente até 31 de Outubro.

Pedro Penteado, Director de Serviços de Arquivística e Normalização da Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), esteve ligado, no início da sua carreira, a projectos de tratamento de fundos documentais no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, bem como à abertura do seu Serviço de Referência e aos primeiros projectos de digitalização e disponibilização de conteúdos digitais da Torre do Tombo na Internet.

## Museu Carlos Machado com “Espírito Santo Migrante”

O Museu Carlos Machado, inaugura Sexta-feira, 7 de Junho, pelas 18h00, no Núcleo de Arte Sacra, em Ponta Delgada, a exposição “Espírito Santo Migrante”.

Esta exposição propõe um olhar sobre as Festas do Espírito Santo na Nova Inglaterra, na costa leste dos EUA, apresentando conteúdos fotográficos e audiovisuais reunidos no âmbito de um projecto de investigação em Antropologia, realizado nessa região entre 2011 e 2012, em diálogo com materiais provenientes de diferentes fontes e entidades – nomeadamente, peças do espólio do Museu Carlos Machado – que ajudam a contextualizar estas festividades nas ilhas de origem e os seus trânsitos para a América do Norte com a emigração açoriana.

A curadora da exposição, Catarina Faria, licenciada em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e mestre em Antropologia e Culturas Visuais pela Universidade Nova de Lisboa, integrou a equipa de investigadores que colaborou naquele projecto, denominado “Ritual, Etnicidade, Transnacionalismo – as Festas do Espírito Santo na Amé-

rica do Norte”, no âmbito do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pela Direcção Regional das Comunidades.

